

## Orçamento de Estado 2022 - XXIII Legislatura

Sendo o ENDA um Fórum de discussão aberto a todos os dirigentes associativos do Ensino Superior, tem papel fundamental na defesa do Ensino Superior em Portugal, visando o bem-estar dos estudantes e os seus direitos, lutando sempre pela sua dignificação e evolução do sistema educativo.

Devido à Pandemia da COVID-19 é necessária a compensação dos custos acrescidos às Instituições de Ensino Superior (IES) derivados da disponibilização aos seus estudantes dos equipamentos de proteção individual importantes à retoma das atividades letivas, pelo Governo, devendo também existir uma revisão da fórmula de financiamento. Muitas famílias sofreram consequências económicas, devendo ser assegurada a manutenção da qualidade dos serviços prestados pelos mesmos aos estudantes e, se possível, aumentar.

Soma-se ainda a preocupação com o abandono escolar e acesso ao ensino superior, a inovação pedagógica e os Doutoramentos no Ensino Superior Politécnico.

É também importante uma adaptação para os desafios que ainda desconhecemos, flexibilidade e capacidade de personalização das formações no ensino superior, sendo estes elementos essenciais para a transversalidade nos ciclos de estudo, mas também para a motivação dos estudantes.

Por tudo isto, as Federações, Associações Académicas e de Estudantes reunidas no Encontro Nacional de Direções Associativas, realizado nos dias 5 e 6 de março em Guimarães no campus de Azurém, reiteram:

### Ação Social

Os últimos dois anos foram marcados pela Pandemia da COVID-19. Com a realidade atual, muitas famílias sofreram as consequências económicas decorrentes do atual momento, perdendo rendimentos e, com isso, colocando em causa o acesso e a frequência de muitos estudantes do Ensino Superior.

- Requerer que o valor previsto para o sistema de Ação Social aumente progressivamente através de verbas provenientes do Orçamento do Estado, diminuindo assim a sua dependência de fundos comunitários europeus.
- Alerta-se para a necessidade de existir um reforço via Orçamento de Estado, tendo como base a faturação do ano letivo anterior ao surgimento da Pandemia da COVID-19, aumentando assim a dotação para os Serviços de Ação Social.

### Financiamento

A Pandemia da COVID-19 é a maior crise desde 1928 (Banco de Portugal, 2020), tendo já custado aos cofres do estado um esforço administrativo e de gestão colossal. Intrinsecamente, todos os setores da sociedade foram afetados com custos associados ao tratamento de doentes, ao controlo e prevenção da transmissão na tentativa de quebrar linhas de contágio.

Neste sentido, o ensino superior priorizou também o combate a esta doença e à sua transmissibilidade, na tentativa de salvaguardar a segurança das comunidades académicas.

### Medidas Compensatórias

- É exigida a compensação dos custos acrescidos às Instituições de Ensino Superior derivados da disponibilização aos seus estudantes dos equipamentos de proteção individual necessários à retoma das atividades letivas pelo Governo.

### Financiamento das IES

- Aumento da dotação financeira às IES, de forma a capacitar as Instituições de Ensino Superior para um aumento das condições de ensino.

## **Taxas e Emolumentos**

A criação de um quadro legal que considere que as taxas e emolumentos devem estar contemplados no financiamento público necessário ao funcionamento das IES, garantindo a impossibilidade das Instituições as cobrarem.

## **Propina**

- Alteração e atualização da Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, para que a Propina Tempo integral do 1 ciclo de estudos seja fixada no valor igual ao fixado no Orçamento de Estado de 2021.
- Fixar o valor da propina igual ao ano transato, em seio de orçamento de estado 2022.
- Criar um regime de benefício fiscal para as empresas que pagam as propinas aos seus trabalhadores, valorizando cada vez mais o seu processo de formação ao longo da vida.

## **Inovação Pedagógica no Ensino Superior**

A pandemia da Covid-19 expôs muitas das fragilidades que o ensino superior português tem. Nos últimos dois anos, o ensino superior adaptou a sua atividade para o ensino à distância e, posteriormente, para o ensino misto; onde apenas uma parte da comunidade estudantil está presente nas Instituições de Ensino Superior, em função da natureza da sua aula, enquanto os restantes estudantes continuaram a acompanhar as suas aulas online. Apesar de ser uma excelente ferramenta de ensino, nada substitui o contacto e apoio que o estudante tem no ensino presencial. Poderão, no entanto, as ferramentas online ser um complemento capacitando o ensino de novas valências.

Ao fim de mais de 20 anos da assinatura da Declaração de Bolonha, em 1999, seria expectável um Ensino Superior com uma organização curricular diferente da que temos hoje, onde o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos (ECTS) deveria originar uma estrutura curricular mais global, flexível, dinâmica e cada vez mais personalizada à formação que o estudante idealiza para o seu futuro.

- Estímulo à criação de formações em regime pós-laboral que permitam aos estudantes conjugar a formação ao longo da vida com a sua vida laboral;
- Reforçar a aposta na formação pós-graduada, em particular nas formações mais profissionalizantes, como Mestrados Profissionais.

## **Acesso ao Ensino Superior**

Portugal fez um caminho notável no acesso ao ensino superior, sendo que o maior volume de candidatos entra cada vez mais jovem, tendo alcançado a média europeia. Simultaneamente, a população com diploma de ensino superior na faixa 30-34 anos chegou aos 45%, revelando uma forte aposta do país nos últimos anos, com particular ênfase nos CTeSP e nos jovens.

Subsistem, no entanto, importantes lacunas na participação no ensino superior nos jovens provenientes do ensino secundário profissional e na população adulta ativa.

- Apostar numa política de vagas equilibrada com o número de candidatos ao Ensino Superior estável entre os subsistemas, observando princípios da racionalização da oferta formativa, nomeadamente, ao nível da oferta de cursos de 1.º ciclo, em todo o Ensino Superior, numa lógica de distribuição territorial, potenciando a capilaridade e a qualidade da rede de ensino superior;
- Reforço das iniciativas e projetos que promovam uma maior interação entre o ensino superior e o ensino secundário, aumentando as sinergias entre os dois sistemas, valorizando-os;
- Adequar o regime de acesso aos cursos em horário pós-laboral ao tipo de público alvo, alterando a tipologia do regime de ingresso, para concursos locais de acesso, evitando que muitas dessas vagas funcionem apenas como veículo de entrada no ensino superior e posterior alteração para o regime diurno.

## **Abandono Escolar**

O abandono não é apenas um problema circunscrito às IES. É um problema de cariz social na qual toda a comunidade académica, as famílias e a tutela se encontram incluídos, existindo a necessidade de implementação de políticas e iniciativas de mudança.

Assumir automaticamente que as questões financeiras são a principal/única causa de abandono escolar tem-se vindo a demonstrar um erro. O fraco acompanhamento do estudante durante o seu percurso académico, tem-se demonstrado cada vez mais uma realidade.

De acordo com a Lei n.º 49/2005, Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, é exposto pelo Artigo 29.º que “O apoio no desenvolvimento psicológico dos alunos e a sua orientação escolar e profissional, bem como o apoio psicopedagógico às atividades educativas e ao sistema de relações da comunidade escolar, são realizados por serviços de psicologia e orientação escolar profissional inseridos em estruturas regionais escolares.”.

- A execução da Resolução 60/2013 da Assembleia da República – emissão do relatório anual referente ao abandono escolar no ensino superior;
- Reforço de acompanhamento através dos programas de vocação pedagógico-profissional no ensino secundário, reforçando as sinergias entre ambos;
- Implementar gabinetes/programas de apoio pedagógico nas diversas IES que visem colmatar falhas a nível da aquisição de conhecimentos por parte dos estudantes.

## **PRR**

Os últimos dois anos colocaram à prova as comunidades a nível global. A Pandemia provocou um impacto significativo no sistema de saúde, na segurança social e no funcionamento da economia, obrigando-nos a reinventar as nossas relações sociais, a forma de viver em comunidade e a organização das nossas atividades profissionais.

- Simplificação dos procedimentos e do reporte às AAEE da execução dos projetos do PRR.

**Destinatários:** MCTES e Grupos Parlamentares

**Com conhecimento:** CCISP, APESP e CRUP

**Proponente:** FNAEESP